

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: “a”, “b”, “c” e “d”; uma questão subjetiva, com espaço para o rascunho da prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. A prova subjetiva deverá conter o mínimo de **30** (trinta) e o máximo de **90** (noventa) linhas escritas, sob pena de ser desconsiderada.
9. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e subjetiva.
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
11. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
12. A divulgação do gabarito e os prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site <http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2016>

BOA PROVA!

CPF

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

Direito Constitucional

1) São princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, EXCETO:

- a) a dignidade da pessoa humana
- b) a concessão de asilo político
- c) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
- d) a autodeterminação dos povos

2) Sobre a disciplina constitucional do mandado de segurança coletivo, é CORRETO afirmar que:

- a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político independentemente de representação no Congresso Nacional
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação civil, ainda que não regularmente constituída, para a defesa dos interesses de seus associados
- c) é prevista a isenção de custas judiciais na impetração de mandado de segurança coletivo
- d) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical na defesa dos interesses de seus filiados;

3) A respeito do Ministério Público, analise as assertivas abaixo e responda:

I. O Ministério Público poderá instaurar, sob a sua presidência, inquérito policial, nele podendo requisitar diligências investigatórias, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

II. O Ministério Público pode promover o inquérito civil e a ação civil pública para

proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos

III. Compete ao Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses dos hipossuficientes econômicos;

IV. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional

a) somente as alternativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as opções II, III e IV estão corretas

c) Apenas as alternativas II e IV estão corretas

d) todas as assertivas estão corretas

4) São bens da União Federal, EXCETO:

a) em qualquer caso, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito

b) o mar territorial

c) em qualquer caso, os sítios arqueológicos e pré-históricos

d) em qualquer caso, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios

5) Aos juízes federais compete processar e julgar:

a) a disputa sobre direitos das pessoas com deficiência;

b) as causas em que houver interesse, na condição de autora, ré, assistente ou oponente, de empresa pública federal, como a Caixa Econômica Federal;

c) as causas em que houver interesse, na

condição de autora, ré, assistente ou oponente, de sociedades de economia mistas federais, como o Banco do Brasil;

d) em qualquer caso, os crimes contra o sistema financeiro;

6) Quanto à disciplina dos direitos e garantias fundamentais, é CORRETO afirmar que:

a) é vedada, em qualquer hipótese, a cominação de pena de morte;

b) há previsão constitucional expressa do direito à indenização em razão do dano moral e/ou material decorrente de violação do direito à privacidade;

c) é livre a locomoção em território nacional, mesmo em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens

d) ninguém poderá ser compelido a se associar ou permanecer associado, exceto no que toca à filiação sindical

7) O poder constituinte atribuído aos Estados-membros é denominado:

a) poder constituinte originário

b) poder constituinte derivado

c) poder constituinte originário-decorrente

d) poder constituinte derivado-decorrente

Direito Administrativo e Noções de Direito Ambiental

8) São características do regime jurídico dos bens públicos, EXCETO:

a) a inalienabilidade absoluta dos bens

b) a impenhorabilidade

c) a imprescritibilidade

d) a não-onerabilidade

9) “Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas”. Tem-se aqui definição que detalha a seguinte espécie de procedimento licitatório:

a) carta-convite;

b) pregão;

c) tomada de preços;

d) concorrência;

10) João, prefeito de Águas Belas, praticou, em tese, ato de improbidade consistente no fracionamento indevido de licitação ocorrida em 01.01.2005, tendo sido a inicial proposta em 01.10.2015, com despacho que ordenou a citação exarado em 10.11.2015. Considerando que João foi prefeito de Águas Belas por dois mandatos de forma ininterrupta (2004-2008, 2009-2012), assinale a alternativa correta:

a) está prescrito o ato de improbidade praticado em tese por João, exceto no que diz respeito ao ressarcimento ao erário

b) está prescrito o ato de improbidade praticado em tese por João, inclusive no que diz respeito ao ressarcimento ao erário

c) não está prescrito o ato de improbidade praticado em tese por João, uma vez que a imprescritibilidade quanto à responsabilização por improbidade administrativa decorre do próprio texto constitucional

d) não está prescrito o ato de improbidade, uma vez que a jurisprudência pátria entende que, no caso de gestor reeleito, o marco inicial da prescrição é sempre o término do segundo mandato

11) Sobre o procedimento da ação da improbidade administrativa, é correto afirmar que:

a) o Ministério Público é o único legitimado a propor ação de improbidade administrativa

b) da decisão que recebe a petição inicial, cabe o manejo de agravo de instrumento

c) a análise empreendida no juízo de admissibilidade da petição inicial da ação de improbidade está adstrita à verificação da presença das condições da ação e dos pressupostos processuais

d) de acordo com a jurisprudência dominante, a decretação cautelar da indisponibilidade dos bens do agente público réu depende da existência de indícios de dilapidação patrimonial

12) Sobre a organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta:

a) na desconcentração, o Poder Público transfere a atividade administrativa para

uma pessoa jurídica diversa, como uma autarquia, que pode integrar ou não a estrutura do Estado

b) as autarquias, excepcionalmente, podem ser estruturadas como pessoas jurídicas de direito privado, desde que atendidos os requisitos legais

c) os bens pertencentes às autarquias não podem ser penhorados no curso de uma demanda judicial;

d) as agências reguladoras são espécies de empresas públicas

13) “Consiste num regime jurídico específico, imposto por ato administrativo unilateral de cunho singular, quanto ao uso e fruição de coisa determinada, cuja conservação seja de interesse da coletividade, e que acarreta o dever de manter a identidade do do objeto, podendo gerar direito de indenização” (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 8 ed São Paulo: Fórum, 202, p. 589). A definição acima diz respeito à seguinte modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada:

a) desapropriação

b) servidão administrativa

c) tombamento

d) ocupação temporária

14) É um princípio específico do direito ambiental brasileiro:

a) o princípio do antropocentrismo

b) o princípio do usuário-pagador

c) o princípio do não precaução

d) o princípio do reparação parcial

Direito Civil

15) Sobre a jurisprudência do Superior

Tribunal de Justiça acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta:

- a) Não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
- b) Somente a pessoa física pode sofrer dano moral
- c) É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral
- d) no caso de publicação na imprensa, apenas é civilmente responsável o autor do escrito, não havendo que se falar em responsabilidade do proprietário do veículo de divulgação

16) Sobre o regime das incapacidades das pessoas naturais no Código Civil:

- a) são absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade
- b) são absolutamente incapazes os pródigos
- c) são relativamente incapazes os indígenas
- d) são relativamente incapazes os viciados em tóxicos

17) São pessoas jurídicas de direito público interno, EXCETO:

- a) as autarquias
- b) os partidos políticos
- c) os territórios federais
- d) as associações públicas

18) São causas interruptivas da prescrição, EXCETO:

- a) em qualquer caso, o despacho do juiz que ordena a citação

- b) o protesto cambial;
- c) a apresentação de título de crédito em concurso de credores;
- d) o ato judicial que constitui o devedor em mora

19) Sobre a disciplina das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) nas obrigações alternativas, a escolha, em regra, cabe ao credor
- b) havendo pluralidade de devedores, a solidariedade da obrigação é, em regra, presumida
- c) em regra, a obrigação de dar coisa abrange os acessórios, ainda que não mencionados na avença
- d) as hipóteses de obrigação indivisível são taxativamente estipuladas em lei

Direito Processual Civil

20) Possuem legitimidade para propor ação civil pública, EXCETO:

- a) o Ministério Público do Trabalho
- b) as sociedades de economia mista
- c) o cidadão
- d) as associações civis regularmente constituídas

21) Sobre a disciplina do mandado de segurança, julgue os itens abaixo:

- I- A sentença proferida no mandado de segurança está, em qualquer caso, sujeita ao duplo grau de jurisdição
- II- É vedada a execução provisória da sentença que conceder o mandado de segurança
- III- O prazo decadencial para manejo do

mandado de segurança, em qualquer caso, é de 120 (cento e vinte) dias, contados da ocorrência do ato impugnado

IV- segundo expressa disposição legal, o mandado de segurança coletivo apenas pode tutelar direitos coletivos em sentido estrito e direitos individuais homogêneos

- a) todas as alternativas estão corretas
- b) apenas os itens I, II e III estão corretos
- c) apenas os itens III e IV estão corretos
- d) apenas o item IV está correto

22) Julgue os itens abaixo.

I- A ação civil pública que veicule pretensão envolvendo tributos apenas pode ser proposta pelo Ministério Público

II- De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é plena a legitimidade ativa da Defensoria Pública no âmbito da ação civil pública

III- A Lei da Ação Civil Pública estabelece uma hipótese de competência territorial absoluta, qual seja, o local do dano

IV- A ação civil pública apenas pode ter por objeto o cumprimento de obrigações de fazer ou de não fazer

- a) todas as alternativas são corretas
- b) estão corretas as alternativas I, II e III
- c) estão corretas as alternativas II e III
- d) apenas a alternativa IV está correta

23) 7) Sobre o Novo Código de Processo Civil, são corretas as proposições abaixo, EXCETO:

- a) previu-se a criação, pelos tribunais, de

centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação;

b) há regra expressa estabelecendo que, regra geral, o juízo não poderá proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida

c) foi extinto o agravo retido

d) os juízes e tribunais deverão atender, preferencialmente e em qualquer caso, a ordem cronológica de conclusão para proferir a sentença ou acórdão

24) Sobre as regras de fixação da competência no Novo Código de Processo Civil, julgue as proposições abaixo:

I- Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa

II- Tendo o réu mais de um domicílio, poderá ser demandado em qualquer um deles

III- As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo onde será proposta a ação oriunda de direitos e obrigações

IV- A ação acessória será proposta no juízo competente para a ação principal

- a) todas as proposições são corretas
- b) apenas as alternativas I, II e III são corretas
- c) apenas as alternativas II e IV são corretas
- d) apenas a alternativa I é correta

25) “Direitos transindividuais, de

natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”. O conceito em questão define a seguinte categoria:

- a) direitos difusos;
- b) direitos coletivos em sentido amplo;
- c) direitos coletivos em sentido estrito;
- d) direitos individuais homogêneos;

26) Considera-se litigante de má-fé, EXCETO:

- a) a parte que altera a verdade dos fatos
- b) a parte que interpuser, por mais de uma vez, embargos de declaração contra a mesma decisão
- c) a parte que provocar incidente manifestamente infundado
- d) a parte que deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso

27) Acerca da sentença e da coisa julgada, julgue as proposições abaixo:

- I - A sentença que indefere a petição inicial não resolve o mérito da demanda
- II- A sentença que reconhece a prescrição resolve o mérito da demanda
- III- Na sistemática do novo Código de Processo Civil, os motivos determinantes são acobertados pelo manto da coisa julgada
- IV- Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

- a) todas as alternativas estão corretas
- b) estão corretas as alternativas I, II, IV
- b) estão corretas as alternativas II e III
- c) somente a alternativa IV está correta

Direito Penal

28) Julgue os itens abaixo:

I- O princípio da fragmentariedade estabelece que o direito penal não deve proteger qualquer bem jurídico, mas somente aqueles identificados como um bem jurídico penal, ou seja, dotados de uma alta relevância social.

II- A embriaguez voluntária do agente, quando da prática do delito, é causa geral de redução da pena

III- A reparação integral do dano ou restituição da coisa, por livre e espontânea vontade do agente, é causa geral de redução da pena, quando verificada até o oferecimento da denúncia-crime;

IV- No concurso de pessoas, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime

Assinale a alternativa correta:

- a) somente os itens I e III estão corretos
- b) somente o item II e IV estão corretos
- c) somente os itens III e IV estão corretos
- d) somente o item IV está correto

29) Sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria penal, é correto afirmar que:

- a) não é possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o

condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros.

b) é inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

c) é possível, observadas as circunstâncias do caso concreto, aplicar, no furto qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do roubo

d) fixada a pena-base no mínimo legal, é possível o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base na gravidade abstrata do delito

30) João, com a intenção de matar Pedro, coloca 2g (dois grammas) de veneno em sua comida. Horas após ingerir a comida, Pedro tem um ataque cardíaco e morre. Após o laudo necroscópico, fica constatada que a morte de Pedro se deu por causas naturais, uma vez que a quantidade de veneno ingerida era absolutamente insuficiente para causar algum mal. Diante de tal cenário, é correto afirmar que:

a) João deverá responder pela prática de tentativa de homicídio

b) João deverá responder pela prática de lesão corporal de natureza leve

c) João não deverá responder, uma vez que configurado, na espécie, crime impossível, por absoluta ineficácia do meio utilizado

d) João não deverá responder, uma vez que configurado, na espécie, crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto

31) João das Couves, prefeito de Águas Belas, agindo em conluio com Pedro,

dono da empresa PEDRÃO CONSTRUÇÕES, promove uma dispensa de licitação sem respaldo na Lei nº 8.666/93, com objetivo de beneficiar a citada pessoa jurídica. Diante de tal cenário, é correto afirmar que:

a) do ponto de vista penal, os fatos não são típicos, podendo ensejar, contudo, a responsabilização por ato de improbidade administrativa

b) João e Pedro responderão por peculato, crime previsto no Código Penal

c) João e Pedro responderão por dispensa ilegal de licitação, crime previsto na legislação especial

d) Pedro deve responder pelo crime de dispensa ilegal de licitação, previsto na legislação especial, e João pelo crime de peculato, previsto no Código Penal

32) São hipóteses que interrompem a prescrição, EXCETO:

a) o oferecimento da denúncia ou queixa

b) a decisão confirmatória da pronúncia

c) a reincidência

d) em qualquer caso, o início ou a continuação do cumprimento da pena

33) Sobre o crime de estelionato:

a) admite tanto a modalidade culposa quanto a dolosa

b) há causa especial de redução da pena sem sendo o criminoso primário, independentemente do valor do dano

c) se praticado contra a Previdência Social, enseja a incidência de causa especial de aumento de pena

d) não admite, observando os critérios objetivos estatuídos na Lei nº 9.099/95, o benefício da suspensão condicional do processo

Direito Processual Penal

34) À luz da disciplina do Código de Processo Penal, a decisão que não recebe a denúncia ou a queixa

- a) é irrecorrível
- b) pode ser impugnada por embargos infringentes
- c) pode ser impugnada pelo recurso de apelação
- d) pode ser impugnada pelo recurso em sentido escrito

35) É um princípio reitor dos Juizados Especiais Criminais, EXCETO

- a) a economia e celeridade processuais
- b) a formalidade
- c) a oralidade
- d) a efetividade

36) Sobre a competência em matéria processual penal, assinale a alternativa correta

- a) a competência territorial será fixada, em regra, pelo lugar em que for encontrado o agente
- b) há conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração
- c) há conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração penal
- d) há continência quando, ocorrendo duas ou mais infrações, estas tenham sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas

37. No âmbito do inquérito policial, o Procurador da República se manifesta no sentido da incompetência do juízo perante o qual oficia, por entender que o crime investigado é da alçada da Justiça Estadual. O juízo federal, contudo, afirma a sua competência, divergindo da manifestação do Ministério Público Federal. Diante de tal cenário, está-se diante de hipótese de:

- a) rejeição de arquivamento, que pode desafiar o manejo de correção parcial
- b) um conflito de atribuições, que deverá ser resolvido pelo Tribunal Regional Federal respectivo
- c) um arquivamento indireto, no qual o juízo, ao divergir da manifestação ministerial, deve submetê-la à apreciação do órgão revisional do Ministério Público
- d) um arquivamento compulsório, uma vez que, havendo divergência entre o titular da ação penal e o juízo oficiante, a investigação não deverá prosseguir

38) Sobre a prova no direito processual penal brasileiro, é correto afirmar que:

- a) a sentença condenatória pode se fundamentar exclusivamente nos elementos colhidos na investigação pré-processual
- b) quando a infração deixar vestígios, poderá ser realizado o exame de corpo de delito, a requerimento do Ministério Público
- c) é inadmitido o uso da prova emprestada no processo penal brasileiro
- d) também são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras

39) Sobre a disciplina da prisão preventiva e das demais medidas cautelares, julgue os itens abaixo:

- I- As medidas cautelares diversas da prisão poderão ser aplicadas cumulativamente, a prudente critério do magistrado
- II- A prisão preventiva poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer obrigação imposta por força de outras medidas cautelares
- III- O juízo poderá substituir a prisão preventiva por domiciliar quando o agente

for maior de 80 (oitenta) anos
IV- É admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoal ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida

- a) todas as alternativas são corretas
- b) os itens I, II e III são corretos
- c) os itens II e IV são corretos
- d) apenas o item IV é correto

40) A chamada vedação da *reformatio in pejus*

- a) impede que o julgamento de qualquer recurso implique no agravamento da pena já fixada
- b) impede que o julgamento de recurso manejado pela defesa implique no agravamento da pena já fixada
- c) não possui previsão expressa do Código de Processo Penal
- d) é aplicável exclusivamente ao recurso de apelação

PROVA SUBJETIVA

Leia a notícia abaixo:

Brasil piora 7 posições em ranking mundial de corrupção e fica em 76º

Estudo da Transparência Internacional analisa percepção de corrupção. Dinamarca é o país menos corrupto entre os avaliados.

O Brasil é o 76º colocado em ranking sobre a percepção de corrupção no mundo, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira (27) pela organização Transparência Internacional, que

analisa 168 países e territórios.

O índice brasileiro foi de 38 - 5 pontos a menos que em 2014, quando o país ficou em 69º lugar. Naquele ano, 175 países foram analisados -, ou seja, o Brasil piorou tanto sua posição quanto sua nota. Foi o pior resultado de uma nação no relatório 2015 comparando com o ano anterior.

A ONG elenca o escândalo na Petrobras, os problemas na economia e o crescimento do desemprego como alguns motivos para a deterioração do Brasil no ranking. O país divide a 76ª posição com mais seis nações: Bósnia e Herzegovina, Burkina Faso, Índia, Tailândia, Tunísia e Zâmbia.

País com a menor percepção de corrupção

A Dinamarca ficou em 1º lugar, como o país em que a população tem menor percepção de que seus servidores públicos e políticos são corruptos. A nação mais transparente registrou um índice de 91 - a escala vai de 0 (extremamente corrupto) a 100 (muito transparente).

"Os países nas primeiras posições apresentam características comuns que são vitais: altos níveis de liberdade de imprensa; acesso a informação sobre orçamentos que permite à população saber de onde procede o dinheiro e como se gasta; altos níveis de integridade entre aqueles que ocupam cargos públicos", afirma a organização.

"Não é surpreendente que o Brasil, afetado pelo maior escândalo de corrupção de sua história pelo caso Petrobras, tenha sido o país da América que mais caiu no índice este ano", afirma a organização em um comunicado.

A tabela de honestidade na América do Sul tem o Uruguai como o país mais transparente no 21º, com índice de 74. O país mais corrupto é a Venezuela, com índice 17, na 158ª posição.

Melhora

A Transparência Internacional é referência

mundial na análise da corrupção. O relatório é elaborado anualmente desde 1995, a partir de diferentes estudos e pesquisas sobre os níveis de percepção da corrupção no setor público de diferentes países.

Apesar de a corrupção continuar sendo generalizada, a ONG afirmou que seu novo índice mostra "sinais de esperança", já que o número de países que melhoraram sua pontuação foi maior em relação aos que pioraram.

"É possível vencer a corrupção se trabalharmos juntos; para erradicar o abuso de poder, o suborno e revelar negociações secretas, os cidadãos devem dizer em uníssono a seus governos que já tiveram o bastante", afirmou em comunicado o presidente da TI, José Ugaz.

Análise por continente

Os países nas primeiras posições, segundo a TI, apresentam características comuns, como o alto nível de liberdade de imprensa, o acesso à informação sobre orçamentos que permite que os cidadãos saibam a origem do dinheiro e como o mesmo é gasto, altos níveis de integridade entre os cargos públicos e um Poder Judiciário independente.

Por outro lado, os países nas últimas posições, além de conflitos e guerras, se destacam pela governabilidade deficiente, por instituições públicas frágeis, como a polícia e o Poder Judiciário, e pela falta de independência nos meios de comunicação.

O Índice de 2015 mostra que mais de dois terços dos países apresentam graves problemas de corrupção ao não conseguirem o mínimo de 50 pontos, situação na qual está metade do G20 e todo o grupo dos Brics (Brasil, Rússia, a Índia, China e África do Sul).

Mais de 6 bilhões de pessoas, segundo a TI, vivem em países com alto índice de corrupção. As regiões pior qualificadas são a África Subsaariana, a Europa Oriental e a Ásia Central, seguidas pelo Oriente Médio e o Norte da África e a América.

Na Europa e na Ásia Central, o panorama é de "estagnação", segundo a ONG, que revelou estar "muito preocupada" com a evolução de países como Hungria, Macedônia, Espanha e Turquia, "onde se vê que a corrupção cresce enquanto diminui a democracia e o espaço da sociedade civil".

Como exemplos positivos, a ONG destacou o trabalho de grupos e indivíduos em lugares tão diversos como Guatemala, Sri Lanka e Gana, que "trabalharam de forma intensa para expulsar os corruptos e, com isso, enviaram uma mensagem contundente, que deveria inspirar outros a agirem com determinação em 2016".

Extraído do site virtual:
<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/ranking-de-corrupcao-coloca-brasil-em-76-lugar-entre-168-paises.html>. Acesso em 05.04.2016.

Agora, redija uma dissertação que procure abordar respostas a essas duas indagações: 1) Qual o local ocupado pela corrupção na dinâmica da sociedade brasileira? 2) Qual o papel do Ministério Público e da sociedade no combate à corrupção?

